

ARTÍCULOS

FILHAS ESQUECIDAS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS: MEMÓRIA DE MULHERES NA AMÉRICA¹.

Maria de Deus Manso
Universidade de Évora
mdamnso@netcabo.pt

Resumo: O presente estudo procura abordar trajetórias de vidas tomando como exemplos sujeitos livres, escravas e forras, no século XIX, na Bahia. Propomos como fio condutor, estudos de caso, para discutirmos cenários de relações de poder, sociais, económicas e culturais, num espaço de grande circularidade cultural e de mestiçagem. O século XIX foi um século de sucessivas transformações, cujas balizas, se situam entre o final do Brasil colónia, a Independência do Brasil (1822) e a implantação formal do Império (Constituição de 1824), e a abolição da escravatura no Brasil (1888) e termina com a constituição da República (1889). Embora o enfoque das fontes usadas se centre no século XIX, procederemos a uma abordagem mais recuada no tempo para percebemos como, ao longo de séculos, se foram construindo relações entre os diferentes grupos sociais, independentemente da cor e da condição social. Focaremos essencialmente a determinação de ex-escravas na luta por direitos que durante séculos lhes foram negados e como estas se integraram na sociedade quer através das relações amorosas, quer através das relações de familiaridades que se construíram durante a sua condição escravas.

Palavras-chave: Bahia, Kopke, sociedade, mulheres, homens livres, escravos, mestiçagens.

Título: HIJAS OLVIDADAS DEL IMPERIO PORTUGUÉS: MEMORIA DE MUJERES EN AMÉRICA.

Resumen: Este estudio analiza la vida de las mujeres que vivieron en Bahía, Brasil, a saber: mujeres libres, esclavas y libertas entre los siglos XVIII y XIX. Como hilo conductor se utilizarán estudios de caso con el fin de analizar los escenarios del poder. Más precisamente, el objetivo es volver la mirada sobre la diversidad de relaciones sociales, económicas y culturales que gravitan en torno a un espacio de gran circulación cultural y de mestizaje. El siglo XIX fue un siglo de muchos cambios que se desarrolló desde el final del Brasil Colonial, la Declaración de la Independencia (1822), el establecimiento formal del Imperio del Brasil (1824 Constitución), la abolición de la esclavitud en Brasil (1888), y concluyó con la formación de la República de Brasil (1889). A pesar de que la mayor parte de las fuentes se concentra en el siglo XIX, el presente estudio hará uso de los datos que se remontan varios siglos atrás para comprender cómo, a través del tiempo, se formaron diferentes grupos sociales, sin importar el color y el estatus social. Se pretende analizar la forma en que, durante siglos en el

¹ O trabalho conta com o apoio da FCT. Os estudos de caso, aqui analisados, já foram objecto de estudo para uma edição, em capítulo de livro, coordenado por Eduardo França Paiva, Isnara Ivo, Marcia Amantino.

Recibido: 08-09-2015
Aceptado: 17-09-2015

Cómo citar este artículo: MANSO, Maria de Deus. Filhas esquecidas do Império Português: memória de mulheres na América. *Naveg@américa. Revista electrónica editada por la Asociación Española de Americanistas* [en línea]. 2015, n. 15. Disponible en: <<http://revistas.um.es/navegamerica>>. [Consulta: Fecha de consulta]. ISSN 1989-211X.

Imperio português, mujeres que habían sido esclavizadas lucharon por sus derechos y comenzaron a formar parte de la sociedad lusitana colonial a través de relaciones de amor, así como los lazos familiares, este último establecido durante su condición de esclavos.

Palabras clave: Bahía, Kopke, sociedad, mujeres, hombres libres, esclavos, mestizaje.

Title: FORGOTTEN DAUGHTERS OF THE PORTUGUESE EMPIRE: MEMORIES OF WOMEN IN PORTUGUESE AMERICA.

Abstract: This study analyses the life of specific women from or who lived in Bahia, Brazil, namely: freewomen, female slaves, and freedwomen between the 18th and the 19th centuries. As a common thread, I will use case studies in order to analyze scenarios of power. More precisely, I will look at various social, economic, and cultural relations gravitating around a very diverse miscegenated circle. The 19th century was a century of many changes—which ran from the end of Colonial Brazil, the Declaration of Brazilian Independence (1822), the formal establishment of the Brazilian Empire (1824 Constitution), the abolition of slavery in Brazil (1888), and ending with the formation of the Brazilian Republic (1889). Even though the bulk of the sources concentrates on the 19th century, I will also make use of data dating back a few centuries in order to understand how, through time, different social groups were formed, regardless of color and social status. I will take a particular look at how, for centuries in the Portuguese Empire, former enslaved women fought for their rights and how they were able to be part of society in the Portuguese Empire through relationships of love, as well as family ties, the latter established during their condition of slaves.

Keywords: Bahia, Kopke, society, women, freemen, slaves, miscegenation.

1. Novos “sujeitos Históricos”

Todos os grupos que constituem uma sociedade têm a sua História. A percepção do passado comum é um dos meios através dos quais os seres humanos ganham e fortalecem uma identidade e atribuem sentido às suas vivências e, só, reflectindo sobre esse passado conseguiremos compreender o trânsito de significados e identidades numa determinada sociedade, num determinado espaço e tempo. A História Cultural que procura nos registos do passado saber como os homens falavam, agiam e construía representações do seu mundo face aos nossos código e valores, deu-nos a conhecer distintos sujeitos históricos, resgatando determinadas características que os reconhecem². A alteridade que será construída face ao diverso tem de lidar com as multiplicidades, as comparações, as particularidades de cada contexto, resgatando como a diferenciação/identidade é compreendida e reproduzida pelos homens.

A História Cultural possibilitou a renovação do olhar sobre a História e os temas de pesquisa: ampliando o domínio temático, bem como o uso de uma pluralidade de novas fontes. Deu-nos a consciência dos vazios e silêncios na escrita da História e o campo histórico alargou-se ao estudo de outro “sujeito histórico”, que durante séculos não foram tidos como temas de análise. A este respeito, lembro o estudo dos grupos subalternos da sociedade e as mulheres enquanto intervenientes paritárias na História, particularmente a realidade que mais afetava as (os) escravas (os), grupos “mestiços”, as órfãs, as freiras e outros grupos análogos de inferioridade

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 59.

e destituição social, na Europa ou em outras regiões.

O alargamento temático, o “sujeito histórico”, reforçou-se significativamente com a escrita de historiadores franceses como Georges Duby, Jacques Le Goff, Roger Chartier, Michelle Perrot e, mais recentemente, Serge Gruzinski com as discussões sobre a globalização empreendida a partir do século XV pela Europa e as questões ligadas à miscigenação. Os seus estudos facultaram bases para que despontasse uma renovação historiográfica quer dentro de França, quer além-fronteiras. Indo ao encontro do nosso tema, salientamos o impulso que os estudos sobre a mulher e a família conheceram e continuam, cada vez mais, a ganhar peso na academia. A obra clássica que, ainda hoje, permanece como modelo, foi coordenada por Georges Duby e Michelle Perrot, *História das Mulheres no Ocidente*³ que, juntamente com outros autores não menos importantes, elaboraram um trabalho, dividido em cinco volumes de extensa investigação que nos ajuda a conhecer de forma generalizada toda a problemática ligada à vivência do sexo feminino no decorrer da História do Ocidente. Tentaram, estes autores, compreender o lugar da mulher na sociedade, o seu papel, a sua condição, o seu poder e os seus silêncios. Mais tarde, Michelle Perrot associou ao estudo das mulheres, grupos sociais que a História também desvalorizava, *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*⁴. O novo “sujeito histórico” também irrompeu na historiografia norte-americana, a partir dos anos oitenta. Esta renovação fez-se sentir, notadamente na historiografia brasileira, particularmente nos estudos concernentes à escravidão africana. Entre os historiadores que mais marcaram a academia, foram os trabalhos de Stuart B. Schwartz⁵, autoridade que ainda, hoje, se destaca.

Cingindo-nos ao espaço geográfico da nossa pesquisa, o Brasil, e olhando para o que a historiografia portuguesa tem escrito sobre a matéria em apreço, esta não tem alcançado especial atenção. Por exemplo, as grandes histórias gerais sobre a colonização portuguesa, editadas em Portugal, a partir da década de noventa do séc. XX, raramente abordam estes assuntos ou passam mesmo ignorados⁶. Dentro das obras que apelidamos de “globais”, devido à diversidade temática e durabilidade cronológica (mais de 600 anos), aparecem outras edições relacionadas com a História de Portugal que, em alguns casos, já tratam o tópico, lembro a *História da Vida Privada em Portugal*, coordenada por José Mattoso⁷, destacando-se o capítulo sobre o Brasil colonial, da autoria de Laura de Mello e Souza. A historiadora brasileira centra-se na vida privada dos governadores, estes sempre membros da nobreza, as elites, mas também nos fala das relações furtivas entre brancos de elite com as mulheres da terra, brancas, índias, negras, práticas de feitiçarias,

³ Referenciamos a edição portuguesa: Porto: Edições Afrontamento, 5 vol., 1993-1995.

⁴ Lisboa: Editora Temas & Debates, 2011.

⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. Schwartz foi referência para historiadores como REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, entre outros.

⁶ Citamos a *História da Expansão Portuguesa*. BETTENCOURT; Francisco e CHAUDURI, Kirti (coords.). Lisboa: Círculo de Leitores, 5 vols., 1998 e uma publicação recentíssima: AIRES, Pedro; RODRIGUES, Damião e OLIVERIA, João Paulo (coords.). *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2014.

⁷ Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates, 4 vol., 2010.

religiosidades e outros aspectos do quotidiano, mas relega a complexidade das relações humanas no âmbito de uma sociedade demasiadamente complexa na sua constituição.

Fora do âmbito das “histórias globais”, a situação é mais encorajadora. Na década de noventa, devido às comemorações dos quinhentos anos do “descobrimento do Brasil”, a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, editou alguns trabalhos que, em meu entender, assinalam um marco na historiografia portuguesa – embora alguns trabalhos possam ser escritos por autores estrangeiros, discorrem de temas ligados a Portugal - sobre as sociedades coloniais. Começo por destacar o livro de Timothy Coathes sobre o papel que certas figuras marginais desempenharam na construção e conservação do Império Português⁸. O autor juntou diferentes protagonistas que se cruzam na fraca visibilidade que a história lhes tem conferido: criminosos, pecadores, órfãs e prostitutas que partiram de Portugal para o Brasil e o Estado da Índia, no âmbito de uma colonização forçada ou dirigida pela coroa lusa. A estes grupos poderíamos juntar outras minorias enviadas para o Império, como foi a circunstância dos ciganos⁹ e dos cristãos novos¹⁰ e o papel da escrava e da indígena. Até à edição deste livro e sobre a presença da mulher portuguesa/ibérica no Império Português tínhamos os trabalhos de Charles Boxer *Women in Iberian Expansion Overseas* e *Portuguese Women Overseas* de Elaine Sanceau, porém não incluíam o “sujeito histórico” de que vimos falando. Os poucos trabalhos que se publicaram até esta data, eram referentes à mulher na sociedade portuguesa, tema que, ainda hoje, ganha destaque. No entanto, queremos lembrar algumas edições, pese ainda o seu carácter geral, as actas que resultaram do congresso internacional o *Rosto Feminino da Expansão Portuguesa* (1994), a edição da revista *Oceanos*, “Mulheres nos Mar Salgado”¹¹ e, anos mais tarde, 2008, o livro editado por Clara Sarmiento *Condição Feminina no Império Português*, posteriormente editado em língua inglesa.

Ao contrário do que sucede em Portugal, no Brasil, o tema mulher, minorias, sexualidade, famílias, desde há muito que se evidencia nas edições e em trabalhos académicos. Aliás, na América em geral a matéria tem captado a atenção dos historiadores. Cite-se, por exemplo, o caso da América espanhola. Não é nossa intenção abordar a já longa produção sobre estas temáticas ou afins, apenas, assinalarei algumas obras que em meu entender se “destacam”. Refiro o conjunto de textos publicados na *Historia de Las Mujeres en America Latina*. Não só a publicação merece destaque como a existência de um centro de estudos na Universidade de Múrcia, em Espanha, no âmbito da história das mulheres na América Latina, abordando questões sobre a América pré-Hispânica (conteúdo inusual), colonial e contemporânea. A coletânea coordenada por Sara Beatriz

⁸ *Degredados e Orfãs: colonização dirigida pela coroa no império português.1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.

⁹ O tema tem sido estudado por COSTA, Elisa Maria Lopes da. Contributos ciganos para o povoamento do Brasil (séculos XVI-XIX). *Arquipélago. História*. Universidade dos Açores, 2005-2006, 2ª série, vols. IX/X, pp. 153-181.

¹⁰ A historiadora Anita Noviski foi pioneira sobre os estudos da minoria cristã-nova no Brasil.

¹¹ 1995, Janeiro/Março, n. 21, Lisboa: CNPCDP.

Guardia inclui a colaboração de autores brasileiros, mas reportam-se ao período contemporâneo. Não é uma história comparativa, são estudos de caso. Trata-se de um bom exercício para instigar a pesquisa sobre o tema. Nesta coletânea contamos ainda artigos que versam questões metodológicas e temáticas, cite-se o artigo da coordenadora. Para a América hispânica queremos ainda ressaltar a obra das historiadoras Assunción Lavrin, Rosalva Loreto Lopez e Maria Isabel Viforcós Marinas, especialistas em espaços conventuais, passando também pela educação, religiosidade e outros. Igualmente, na Universidade de Sevilha, Sandra Olivero Guidobono, Departamento da América, tem dedicado particular atenção à história da família - incluindo a mulher europeia e a indígena - e acrescentamos a investigação desenvolvida pela sua orientanda Maria Selina Gutiérrez Aguilera que se encontra a trabalhar os recolhimentos femininos. Outras investigadoras, como Edda O. Zamudio e Nora Siegrist, têm acrescentado pesquisas sobre o papel da mulher na colonização, migrações, dotes e casamentos na sociedade colonial. Um espaço de desenvolvimento e debate sobre a temática Mulher (es) são similarmente as inúmeras realizações de encontros científicos, ocorridos em diversas cidades da América Latina, já com diversas edições, como por exemplo, o *Simposio de Historia de las Mujeres y de Género*; o *Colóquio internacional Historia de mujeres y de género*, a *Jornada nacional de Historia de las Mujeres* e o *Congresso Iberoamericano de Estudios de Género*.

Regressando ao Brasil, destacamos os estudos de Beatriz Nizza da Silva, começados na década de setenta do século XX¹². A autora sobressai pelo elevado número de publicações e pelo enfoque dado às situações de resistência e ou de sujeição protagonizado pela mulher. Na obra *Donas e Plebeias na Sociedade Colonial* aborda o problema das órfãs, degredadas, outras minorias e a questão da clausura, assuntos que posteriormente são desenvolvidos por diferentes pesquisadores¹³. Leila Mezan Algranti deu voz às vivências femininas na clausura e as funções dos conventos e recolhimentos na sociedade¹⁴. Posteriormente, Suely Creusa de Almeida¹⁵ analisou, numa perspectiva comparativa os recolhimentos de Lisboa e de Pernambuco como, na segunda metade do séc. XVIII, os recolhimentos assumiram maior relevância educativa. Esta problemática estendeu-se a outras regiões do Brasil que tiveram também recolhimentos, cujo papel se estendia à formação educacional e caritativa. Mais recentemente, Luciana Mendes Gandelmen defendeu uma tese de doutoramento, fazendo um estudo comparativo entre o Recolhimento do Porto, Salvador e Rio de Janeiro no século XVIII, procurando discutir o auxílio prestado às órfãs e a formação religiosa e moral aí transmitida¹⁶. Quando a mulher, por “infelicidade” ou por escolha, se distanciava das rígidas normas que a sociedade lhe ditava, estas instituições cumpriam o seu papel de policiamento, de forma a não serem enfraquecidos as bases que sustentavam a

¹² A historiadora é portuguesa, mas desenvolveu a sua actividade académica na USP, por isso insiro-a no âmbito da historiografia brasileira.

¹³ Lisboa: Editorial Estampa, 2002.

¹⁴ *Honradas e Devotas: mulheres da colónia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.

¹⁵ *O Sexo Devoto. Normatização e resistência feminina no Império Português XVI – XVIII*. Recife: Editora Universitária; UFPE, 2005.

¹⁶ *Órfãs e Caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia, Salvador, Rio de Janeiro e Porto, sec. XVIII*. S. Paulo: UNICAMP; Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

sociedade patriarcal. Estas estruturas protegiam essencialmente a mulher branca para que não ficasse sujeita à condenação social e familiar. O medo de perder a honra, ferir a moral vigente, e evitar o infanticídio, resultante de relações ilícitas, criaram-se ainda espaços de assistência – “Casa da Roda”- para acolherem crianças, abandonadas, muitas delas filhas de mulheres brancas¹⁷.

O tema dos recolhimentos já tinha merecido atenção do antropólogo Luis Mott, no seu livro *Rosa Egípcia - Uma Santa Africana No Brasil Colonial*¹⁸. Embora tenha estudado um espaço de clausura criado no Rio de Janeiro, o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto, assumiu um significado especial. A sua fundadora era uma negra, ex-escrava e prostituta que alterando a sua trajetória de vida foi beatificada - uma santa africana - e acolheu, na sua maioria, mulheres negras e mulatas. Este trabalho vem salientar que nas sociedades coloniais nasceram novos recolhimentos que albergavam perfis diferentes de mulheres, quando comparados com o Reino e entre as regiões do Império. Esta “santa” foi venerada por negros, brancos, escravos e livres. A Igreja com medo do seu poder e influência prendeu-a e remeteu-a para a Inquisição. Trata este caso da apropriação de um espaço de origem portuguesa, o recolhimento, colocado ao serviço de um grupo social que teoricamente, ali, não tinha lugar e foi fundado por uma negra que durante anos perverteu os valores da doutrina católica. Mas a sociedade colonial e a Igreja que temiam o desvirtuar dos valores morais católicos mantinham uma atitude de providência atenta e reguladora. No entanto, nunca se conseguiu impedir o surgimento de singularidades, de espaços e comportamentos que foram recriados a partir de conceitos portugueses. Com base nas noções de “circularidade cultural” e de “mestiçagem” criou-se uma sociedade mista quer biológica, quer culturalmente, apesar da normatização que a Igreja e o estado tentaram fazer ao longo dos séculos.

Aos nomes, já citados, juntamos o contributo de outros historiadores que trabalhando estas tendências historiográficas ou trilhando novas abordagens e influências a partir do que se produziu em França e nos Estados Unidos da América: Ângela Mendes de Almeida, Mary Del Priore, Eni Mesquita Sâmara, Lana Lage, Maria Laura Melo e Sousa, Lígia Bellini, Ronaldo Vainfas, Muriel Nazzari, Emanuel Araújo, Georgina Silva dos Santos (usando essencialmente fontes inquisitoriais), entre outros. Alguns estudos centram-se na vida escrava e população liberta, e outros ampliam as suas pesquisas na capacidade de resistência de alguns grupos da sociedade, acção e mudança que demonstram no quotidiano, assim como aspectos da sexualidade. Por vezes, analisam estratégias pessoais para minimizar a dor e o sofrimento. Neste aspecto destacamos Mary Del Priore não só pelos trabalhos que produziu individualmente como pelas obras colectivas que coordenou, entre as quais destacamos *História das Mulheres no Brasil* e *História do Corpo no Brasil*, igualmente coordenada por Marcia Amantino¹⁹, desenvolvendo os estudos sobre a mulher, famílias, criança, minorias, mestiçagens, doença, morte, entre outros

¹⁷ VENÂNCIO, Rento Pinto. *Famílias Abandonadas. Assistência À Criança de Camadas Populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII-XIX*. São Paulo: Papirus Editora, s/d.

¹⁸ Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

¹⁹ *História das Mulheres no Brasil*. PRIORE, Mary del (coord.). São Paulo: Contexto Editora, 2004. *História do Corpo no Brasil*. PRIORE, Mary del e AMANTINO, Marcia (coords.). São Paulo: Editora UNESP, 2011.

aspectos.

Retomando o tópico mestiçagens, lembro o contributo dado por Eduardo França Paiva e o interesse que a questão já adquiriu na academia no âmbito das mestiçagens biológicas ou culturais. O investigador ao observar a história do processo escravista em Minas Gerais, no século XVIII, destacou os escravos e as mulheres forras como agentes históricos que ajudaram a construir o Brasil ora por resistência, ora por adaptação ao sistema colonial, sem contudo negar a violência que a escravidão criou²⁰. À medida que o sistema colonial se firmava tanto no domínio humano como no económico, consolidou-se uma vasta mancha urbana mista, sincrética, uma economia diversificada, com um mercado interno em contínuo crescimento, enquanto a diminuição do número de escravos na continuidade da alforria fez com que estes últimos experimentassem tirar benefício da estrutura socioeconómica em algumas capitânias. Certamente, a situação vivida em Minas Gerais ocorreu em outras partes do Brasil, nomeadamente na Bahia. O fenómeno das mestiçagens assenta desde o primeiro momento na chegada do europeu à América. Os tipos de cruzamento biológico nascido entre gente de diversas origens, deram início ao surgimento de um contingente mestiço que serviu para povoar as regiões descobertas, produziu membros de elite e mão-de-obra necessária para o andamento da colonização²¹. Logo, estes “sujeitos” de variada origem, como colaboradores da composição das sociedades coloniais - sociedades mistas - converteram-se em sujeitos históricos. O trabalho de Isnara Pereira Ivo vem reforçar também a teia de relações humanas – territórios de diversidades culturais e biológicas - que se produziram nos sertões da Bahia e Minas Gerais²², espaços também ignorados pela História.

Portanto, desde há décadas que se vem enraizando a necessidade de continuarmos a compreender melhor o contexto e o funcionamento sociocultural de espaços marcadamente miscigenados. Logo, partindo do modo como a sociedade brasileira, sobretudo a colonial, tem sido observada, centrar-me-ei com maior acuidade numa época de sucessivas transformações, cujas balizas se situam entre o final do Brasil colónia, a Independência do Brasil (1822) e a implantação formal do Império (Constituição de 1824), a abolição da escravatura no Brasil (1888) e a constituição da República (1889) e analisaremos como, ao longo de séculos, se foram construindo relações entre os diferentes grupos sociais, independentemente da cor e da condição social, as relações e as lutas que mulheres de diferentes cores e condição social travaram nos espaços em que no movimentavam. O enfoque recai igualmente na desconstrução de um Brasil que se orienta pela moral católica imposto pelo Concílio de Trento, pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da*

²⁰ *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII - Estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995, p. 69.

²¹ Sobre o significado do conceito e categorias relativos a mestiçagens biológicas e culturais consultar o último livro de PAIVA, Eduardo. *Dar o Nome ao Novo. Uma História Lexical da Ibero-América entre os Séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o Mundo do Trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica Editores, 2015, p.58.

²² IVO, Isnara Pereira. *Homens de Caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.

*Bahia*²³ e pelas Leis do Reino.

É na perspectiva de ampliação dos estudos protagonizados por sujeitos livres, escravas e forras, entre os sécs. XVIII e XIX na Bahia, que irei discutir cenários de relações de poder, sociais, económicos e culturais, num espaço de grande circularidade cultural e de mestiçagem.

2. Breves apontamentos sobre a sociedade colonial

O Cristianismo desde muito cedo impôs uma ordem subalterna à mulher, representação que se manteve até ao século XX, cruzou o Atlântico e marcou as mulheres brancas, negras e índias que habitavam o território do Brasil – América Ibérica²⁴. Também uma série de regulamentações morais demarcavam os limites entre o que era aceitável e o que não o era. Todo o poder decisório estava entregue aos chefes de família²⁵. Ainda que as mulheres de sectores inferiores gozassem de maior liberdade, eram identicamente vulneráveis. O homem podia misturar-se sem colocar em causa o seu estatuto social nem a vida doméstica, enquanto a mulher de sociedade corria o risco de se ver desprestigiada e de perder a sua “honra”²⁶. Honra e virtude eram duas características que a mulher devia preservar. A inferioridade a que a mulher era votada, fortalecia o modelo patriarcal e a relação assimétrica entre os sexos. Grandes barreiras separavam o mundo feminino do masculino, apoiadas nas leis, nos costumes arreigados, na educação formal e informal e até na ciência, segundo as convicções da época. A ciência justificava e fortalecia a ideia de que a mulher deveria manter-se confinada ao lar, evitar esforços tanto físicos como mentais, já que eram consideradas seres frágeis, inferiores, que, se expostos à mesma educação dada aos homens, seriam prejudicadas no exercício dos seus deveres de esposa e mãe.

No Reino, a Igreja Católica e a Monarquia, através dos seus diferentes agentes, tentavam intervir nos vários aspectos da vida privada, procurando a regularização dos comportamentos, como o reforço das formalidades ligadas ao casamento e os relacionamentos entre os sexos, cujos limites foram delineados no Concílio de Trento. Tais determinações fizeram princípios nas colónias. No Brasil, o marco para o enquadramento das decisões tridentinas foi a promulgação das *Constituições Primeiras do Estado da Bahia*, as quais vigoraram inalteráveis até 1822. Os assuntos de conteúdo moral estavam essencialmente ligados aos actos designados

²³ Um conjunto de leis disciplinares da Igreja católica pioneiro no Brasil, elaborado a partir de um sínodo realizado no Arcebispado da Bahia de 12 a 14 de Junho de 1707, atendendo á convocação de D. Sebastião Monteiro da Vide, seu 5º arcebispo. Maria Beatriz Nizza da Silva. *Dicionário da história da colonização portuguesa no Brasil*, p. 206.

²⁴ SOUZA, Alexandra Rodrigues de. *A “Dona” do Sertão: mulher, rebelião e discurso político em Minas Gerais no século XVII*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2011, p. 16.

²⁵ GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 63.

²⁶ GUSMÁN, Florência. *Los claroscurros del mestizaje. Negros, indios y castas en la Catamarca Colonial*. Cordoba: Encointro Grupo Editor; Universidade Nacional de Catamarca, 2010, p. 21.

A autora analisa a sociedade colonial espanhola, mas encontramos paralelo com a América portuguesa. Na página 138 escreve que, em geral, os espanhóis mais humildes casavam com mestiças, os mulatos com índias e os mestiços com espanholas e índias. Presumimos que estas espanholas pertencessem a grupos sociais subalternos.

“delitos da carne”: concubinação, adultério, sodomia, bigamia, entre outros, os quais, eram levados ao conhecimento das autoridades episcopais através da denúncia judicial²⁷. Numa época em que a religião católica era o principal regulador da mentalidade e da moral das gentes, as *Constituições* disciplinavam a vida em sociedade. No Brasil colonial, ditavam as normas de conduta e competia-lhes propagarem as normas do bom comportamento social. Pois cabia à Igreja uma função estruturante, que prestava consistência à própria vida.²⁸ Também as irmandades dos homens de cor tinham como função orientar o procedimento da população africana e crioula, mantendo-a dentro dos limites da ortodoxia católica e das normas prescritas pela Igreja²⁹. As misericórdias também preenchem um papel de associações religiosas protectoras da vida espiritual dos irmãos e, também, regulavam o comportamento dos seus membros. Para controlo dos procedimentos e moral da sociedade do Brasil colónia, a Inquisição revelou-se identicamente um instrumento marcante. Ao contrário da Índia portuguesa, com o tribunal de Goa, o Brasil não teve um “tribunal inquisitorial”, mas durante todo século XVII estabeleceu-se na Bahia um «tribunal da fé» que preparou variadas visitas. A Inquisição penetrou profundamente na sociedade colonial graças a “um corpo fiel de funcionários conhecidos pelos nomes de comissários e familiares do Santo Ofício”³⁰. Apesar, desta vigilância não se impediram “desvios” face ao reino e ao paradigma de sociedade que a Igreja Católica projectava fortalecer. -

A distância que separava a colónia da metrópole e a convivência entre diferentes grupos sociais, nem sempre tornou possível a observância das *Constituições*. A sociedade, por vezes, criou modelos próprios, tanto para os relacionamentos entre os sexos como para as práticas devocionais. Segundo Riolando Azzi, “a Igreja é modificada pelas tradições locais que se fundem às tradições religiosas (...) constituem um misto de religião e de cultura local”³¹. A sociedade adapta a religião oficial e cria modelos próprios para o procedimento religioso e de convivência social. As sociedades colonias não são réplicas do que se vivia na Europa. Estas são sociedades mutáveis e mais “desordenadas”. Por necessidade ou por satisfação, nasciam de acordo com os espaços, vivências e vínculos afectivos que se fortaleceram e recriaram ao longo dos tempos.

Da convivência entre civilizações diferentes emergiram criações mestiças, contrariando a ideia progressiva do aperfeiçoamento das sociedades, para existências onde tudo se mescla, onde nada é linear³². Na América ibérica reconhecemos comumente singularidades resultantes de um processo de mestiçagens que concorreram para a formação de uma sociedade complexa no seu

²⁷ GOLDSHIMDT, Eliana Maria Rea. *Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1719-1822)*. São Paulo: Annablume, 1998, p. 28.

²⁸ Ler: O Brasil Imperial: 1808-1831. GRNBERG, Keila e SALLES, Ricardo Salles (orgs.). Vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

²⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil*. Na época de D. Maria I e D. João VI. Lisboa: Editora Estampa, 1993, p. 228.

³⁰ BENNASSAR, Bartolomé e MARIN, Richard. *História do Brasil*. Lisboa: Editora Teorema, 2000, p. 229.

³¹ AZZI, Riolando. *Elementos para a história do catolicismo popular*. REB. Petrópolis: Vozes, s.d., p.101.

³² GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 52.

funcionamento e categorização. Paralelamente à questão da mestiçagem, junta-se o relacionamento entre os grupos sociais, a ação das instituições que a dirigem e as experiências do cotidiano. Se do reino emanavam mecanismos institucionais, evitando a todo o custo escapar à “impureza”, aqui, fruto da distância, da coabitação diferenciada e da subsistência individual e coletiva nasceram existências que, hoje, a História deve continuar a discutir.

O jeito cruzado que se irá espalhar pelo Império colonial torna delicada a classificação das distintas sociedades, assim como estabelecer hierarquias e categorizações rígidas. Tanto na América colonial como em outras sociedades emergiram mudanças que resultaram do cruzamento/recriação entre as culturas “invasoras” e as gentes locais. Por exemplo, em determinadas regiões, podiam existir famílias organizadas por representantes das três classes, formadas, geralmente, por um pai livre, uma mãe forra - o que não significava ser livre - e um ou mais filhos ainda cativos do ex-senhor da mãe³³, enquanto em outras áreas, não.

A teia relacional criada durante o período colonial e nos anos subsequentes gerou desiguais formas de coexistência e combinou um imaginário coletivo. Por isso, emergiram díspares planos articulados pelos grupos mais desfavorecidos da sociedade que, em nosso entender, não significam, não branco. Apareceram pequenos agregados de cativos que desejaram promoção social e é possível, ainda, que tenham exercido atividades socioeconômicas análogas aos mais ricos e, em alguns casos, juntamente e, talvez, não tenham sido incomuns as relações afetivas e casamentos entre livres pobres e forros. Uma certa espontaneidade marcou a vida colonial e projetou as relações sociais.³⁴ Para Kátia Mattoso, na Bahia a “reprodução do modelo patriarcal característico da vida rural brasileira perde aqui a rigidez, é substituído por formas de organizações familiares mais simples, mais flexíveis, mais adaptadas à cidade. Mas nem por isso são abandonadas as práticas sociais herdadas da família de tipo patriarcal. A presença dos agregados é disso exemplo vivo. A família baiana mostra traços “modernos” em suas estruturas, e arcaicos em seus fundamentos e em suas atitudes”³⁵.

Para a maioria das mulheres, o Império colonial podia ser um recurso na busca de riqueza e promoção social e, até, de “autonomia”, independentemente da cor. Em tempos estudamos a história de Teresa de Jesus,³⁶ viúva de Manuel Fernandez da Costa, nascido em Itapicuru de Cima – Salvador –, Sargento-mor, homem de negócios, senhor de engenho e traficante de escravos, a qual, com mais de 50 anos de idade, resolveu casar, em 1750, com Francisco Manuel da Silva, primo do seu

³³ PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII - Estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995, p.18.

³⁴ PAIVA, Eduardo França refere-se a Minas, mas cremos que a situação se estendia a outras capitanias.

³⁵ MATTOSO, Katia de Quirós. *Família e Sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988, p. 126.

³⁶ MANSO, Maria de Deus Beites. Santa Casa de la Misericórdia da Bahia através de la depositada Teresa de Jesus. *Religiosidad y reclusion feminina en Esapña, Portugal y América. Siglos XV-XIX*. LÓPEZ, Rosalva Loreto e MARINAS, M^a Isabel Viforcós Marinas (orgs.). *Histórias compartidas*. Universidade de León; México: Instituto de Ciências Sociales y Humanidades Alfonso Véllez Pliego, Benemérita Universidade Autónoma de Puebla, 2007, pp. 339-367.

falecido marido, jovem, branco e seu servidor. Ainda que os filhos se opusessem à união, não a conseguiram impedir. Talvez, a união fosse “mais tolerada” na região onde vivia, afastada da metrópole, e se fazia sentir a escassez do elemento branco³⁷. Se a colônia podia constituir um universo de maior liberdade para a mulher branca, o mesmo se aplica às mulheres “não brancas, escravas, forras e nascidas livres, que atuaram fortemente nas sociedades em que se inseriram, construindo suas histórias de inserção e de mobilidade no cotidiano do universo colonial”³⁸.

Para Schwartz³⁹ e outros historiadores, como Katia Mattoso, o número de indígenas que cercavam os colonizadores portugueses no Brasil tornava todo o europeu num potencial gentil-homem⁴⁰. O homem branco independentemente da condição económica e social seria sempre o mais pretendido. No entanto, o casamento de Teresa de Jesus, anteriormente referido, fracassou. O jovem esposo apropriou-se da riqueza e enclausurou-a como porcionista no Recolhimento da Santa Casa da Misericórdia da Bahia, com a conivência do Provedor e do Vice-Rei. Revoltada com a situação, pede o *divórcio* e tenta sair do recolhimento. A condição de reclusa arrastou-se por cerca de dez anos e só conseguiu sair, devido à intervenção do Rei, já que o Vice-rei e o Provedor impugnaram a sua saída, tendo ficado sob da proteção do filho. À maioria das mulheres brancas era negada a possibilidade de andarem sozinhas, particularmente no espaço público. Habitualmente estavam debaixo da tutela de um homem. As autoridades régias portuguesas e o Provedor da Santa Casa não só estavam satisfeitos com a quantia de dinheiro que o marido pagava ao Recolhimento como desejavam que a circunstância servisse de exemplo a outras mulheres brancas, talvez, numa tentativa de acautelar uniões com tão acentuada diferença de idade e de condição socioeconómica. Cabia à mulher manter as regras morais impostas pela sociedade. Apesar do controlo que se exercia sobre a mulher, especialmente a branca, muitas outras se afastaram do modelo de mulher submissa e tornaram-se ativas na vida da colônia. Vejam-se os exemplos já estudados por Charles Boxer: Maria Bárbara Garcez Pinto de Madureira, D.^a Brites de Albuquerque, mulher do 1º donatário da capitania de Pernambuco, conhecida pela Governadora, ou Maria da Cruz, viúva abastada no interior da Bahia e em Minas Gerais, uma das cabeças dos motins do sertão, em 1736-37⁴¹. Naturalmente, a estas mulheres podemos juntar negras, mulatas, livres e forras. Saliente-se o caso mais célebre Chica da Silva e o Contratador de diamantes, João Fernandes. Chica da Silva de escrava passou a “rainha” na região de Minas Gerais, trata-se de um exemplo de inserção e “dinamismo” no seio da alta sociedade mineira⁴². Outras, baseando-se em atividades comerciais, repleto de dificuldades várias, transitando por caminhos marcadamente

³⁷ SCOTT, Rebecca e HÉBRARD, Jean M. Rosalie Nação Oulard: Liberdade, Direito e Dignidade na era da Revolução Haitina. *Afro-Ásia*, Salvador: CEAO, 2012, n. 46, pp.71-183.

³⁸ Ivo, Isnara Pereira. 2012, p. 271

³⁹ SCHWARTZ, Stuart B. 1988, p. 212.

⁴⁰ Ler: MATTOSO. Katia de Queirós. *Bahia, século XIX*. Uma província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

⁴¹ Boxer, C.R. *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977, p. 69. Ler o estudo mais recente de ANASTASIA, Carla Maria Junho e BOTELHO, Angela Vianna. *D. Maria da Cruz e a Sedição de 1736*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

⁴² Ler: FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador de diamantes. O outro lado do Mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

masculinos, obtiveram fortuna e tornaram-se elementos activos dentro de uma sociedade que se julgava unicamente masculina⁴³.

3. Os Kopke e o “outro”

Mergulhada neste universo complexo de relações e de procederes epocais, o acaso levou-me a travar conhecimento, há cerca de sete anos, com um negro baiano que se dizia descendente dos Kopke (Cokpe), os quais, segundo a tradição familiar, seriam oriundos de Itália⁴⁴. Esta casualidade permitiu-me obter o paradeiro da documentação ligada à família Kopke que, no século XVIII, fora viver para a Bahia. De produtores de vinho do Porto em Portugal encontramos-os, aqui, como traficantes de escravos e senhores de engenho⁴⁵.

As informações que recolhemos saíram da leitura dos testamentos deixados por membros desta família de apelido Kopke. Eram descrições pessoais que, ali, se conservavam, aparentemente sem grande interesse para a História política ou económica, mas ricas para a “história individual. O registo aí “oculto” narra e redimensiona histórias de povos, de épocas e de países.⁴⁶ Não são heróis no sentido lato do termo, mas personagens anónimas que, independentemente da sua condição económica, ajudam a descrever a sociedade colonial. Assim, gente livre e escrava tornou-se participante do provir histórico. Por isso, nesta sociedade, em que as estratégias de enriquecimento, ascensão e mobilidade social são diversificadas, não podemos apartar os senhores dos escravos. Não apenas os portugueses empobrecidos que, aqui, chegaram conseguiram acumular pecúlio, mas também libertos, mulheres e homens se “movimentavam” através dos laços matrimoniais, da participação em irmandades, do trabalho e de legados recebidos em testamentos de senhores ou parentes: “Uma das formas mais bem-sucedidas de ascensão social para um escravo ou descendente de escravo era, sem dúvida, o reconhecimento da paternidade de filhos ilegítimos por parte de homens da elite”⁴⁷. Lembre-se que em outras regiões do império português, a ascensão social era, essencialmente, feita, através da conversão, da cristianização, aspectos muito mais manifestos do que o cruzamento racial.

Se o casamento era um meio válido, sobretudo entre os brancos, de se legitimarem na sociedade e de aprovarem a sua descendência, no entanto, havia uma quantidade de homens brancos solteiros no Brasil, os quais, possivelmente

⁴³ PAIVA, Eduardo França. Mulheres de Diversas “Qualidades” e seus Testamentos na Colonial, Escravista e Mestiça Capitania das Minas Gerais. *Mulheres negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*. FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio e XAVIER, Giovana (orgs.). São Paulo: Selo Negro Edições, 2012, p. 12.

⁴⁴ Família aristocrática, sediada no Porto (desde 1638) e de ascendência alemã da cidade de Hamburgo, em Portugal dedicados à produção e comercialização do vinho do Porto.

⁴⁵ O meu agradecimento ao Diego Kopke, Bahia, pelas informações.

⁴⁶ PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 84.

⁴⁷ ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima. O caso de Luzia jeje. Escravidão, família e mobilidade social – Bahia, c. 1780 – c. 1830*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010, p. 153.

devido à falta de mulheres brancas, recorriam à mancebia ocasional ou aparentemente assumida. Ainda que não casassem, frequentemente legitimavam os filhos, autonomamente da cor da mãe. Se muitos dos nascimentos sobreviviam de relações furtivas, também é verdade que outros eram o resultado de largos anos de mancebia, em que sobressaíam laços de afeto.⁴⁸ Desde muito cedo as mulheres negras foram populares como referência de beleza, capazes de provocar, ao mesmo tempo, desejos e relações duráveis, além da exploração sexual⁴⁹. Por vezes, muitas destas mulheres também souberam usar a concubinação em benefício próprio, não só conseguindo a sua liberdade como a liberdade dos filhos concebidos.

Os casos, aqui, apresentados reportam-se a um período que assinalou duas marcas fundamentais na história de Portugal e do Brasil: a independência do Brasil, que em 1822 sai do espaço colonial português para constituir-se como império, e a mudança constitucional, que torna o Brasil numa república, em 1889. Este quadro histórico inspirou gradualmente a sociedade e lentamente modificou a conduta e a atuação das Instituições coloniais. Sendo de opinião que as transformações sociais demoram algum tempo a enraizar-se, temos de olhar o processo numa perspetiva global e comparativa. O século XIX foi um período de efervescência religiosa na Província da Bahia, especialmente em Salvador. Agora, três grupos importunavam as autoridades eclesiásticas: os adeptos das religiões de matriz africana, os espíritas (finais do século) e os protestantes.⁵⁰ Ainda que o peso da Igreja católica tenha progressivamente diminuído na sociedade, a Igreja não foi proscrita e a separação entre ela Igreja e o Estado só acontecerá em 1891, no final do Império.⁵¹ As características do catolicismo tradicional persistiram mas, simultaneamente, o clero católico fomentou reformas tanto na formação intelectual e moral de seus sacerdotes, quanto na forma como os fiéis distinguiam as diferentes celebrações que completavam o seu calendário anual - *romanização do catolicismo brasileiro*⁵² - e gradualmente a sociedade foi ganhando novos pilares.

Se, habitualmente, o português é visto como tendo sido um dos europeus que mais se misturou com o *outro*, os Kopke, originários da Alemanha e, quiçá, cautelosos relativamente à sua real proveniência, parece que, em Portugal, já tinham mergulhado no que Gilberto Freyre rotulou de *lusotropicalismo*.⁵³ Para Mary

⁴⁸ Adriana Dantas refere que o casamento entre mulatos, pardos, etc. podia ser igualmente uma promoção social. Ver: ALVES, Adriana Dantas Reis 2010, p. 149-150.

⁴⁹ ALVES, Adriana Dantas 2010, p. 4.

⁵⁰ Ler: COUTO, Edilece e SEIXAS, Mariana. *Percepções Protestantes da Festa do Senhor do Bonfim, Em Salvador-BA, no Século XIX*, p. 1, ([percepções protestantes da festa do senhor ... - abhr www.abhr.org.br/plura/ojs/index.../471](http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.../471)) -File Format: PDF/Adobe Acrobat - E Souza – 2012, consultado 22/3/2013.

⁵¹ Ler: SANTOS, Israel Silva dos. *Igreja Católica na Bahia. A Reestruturação do Arcebispado Primaz (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2006.

⁵² COUTO, Edilece e SEIXAS, Mariana, *Percepções Protestantes da Festa do Senhor do Bonfim, Em Salvador-BA, no Século XIX*, p. 1, ([percepções protestantes da festa do senhor ... - abhr www.abhr.org.br/plura/ojs/index.../471](http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.../471)) -File Format: PDF/Adobe Acrobat - E Souza – 2012, consultado 22/3/2013, p.2.

⁵³ Sobre a sociedade de mineira, próximo da época que, aqui trazemos, aconselhamos a leitura de LIBBY, Douglas Cole. *A Empira e as Cores: Representações Identitárias nas Minas Gerais dos*

Del Priore, ao desregramento que se vivia no Brasil nem os ingleses escapavam⁵⁴. Na Bahia, para além de se aplicarem a afazeres distintos dos que anteriormente os ocupavam no Reino, mostraram convivências calorosas com o *outro*, o escravo: Joaquim José Kopke, senhor de engenho, João da Cruz, o traficante de escravos, e duas mulheres, uma viúva e outra solteira. De facto, estas personagens desenvolvem a sua trajetória por distintos lugares, no decorrer do século XIX, século atravessado por mudanças políticas, económicas e sociais. Certamente, as suas acções, em parte, resultam destas reorganizações. O caminho particular de cada um dos protagonistas destaca a dinâmica da família e da sociedade na América portuguesa⁵⁵. À medida que a escravatura terminava, encontramos indivíduos mestiços como artesãos, operários, mestres, empreiteiros, construtores e ferreiros. Alguns destes operários qualificados já possuíam as suas próprias ferramentas e eram proprietários de oficinas⁵⁶. A ideia de que o negro, depois da abolição da escravatura – 1888 – ficou totalmente à deriva, banido do mercado de trabalho e privado de dar a sua contribuição para a construção nacional, não equivale inteiramente à natureza dos factos. Contudo, se alguns ficaram marginalizados, houve aqueles que, sem renunciarem à sua identidade racial, também ascenderam social e culturalmente, sobressaindo em profissões de prestígio⁵⁷.

Joaquim José Kopke era natural do Porto e proprietário do engenho do Jacaré, na Freguesia de São Sebastião das Cabeceiras do Passé. No seu testamento, em 1811, reconheceu como filhos naturais, Casimiro José Kopke e Maria da Apresentação, nascidos de Vitória Maria da Conceição, uma ex-escrava, depois de ter enviuvado.⁵⁸ No seu testamento instituiu como herdeiros o filho legítimo, a

Séculos XVIII e XIX. *Escravidão, Mestiçagens, Populações e Identidades Culturais*. PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira e MARTNS, Ilton Cesar (org.). São Paulo: Annablume, 2010, pp. 41-62.

⁵⁴ PRIORE, Mary del. *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p.184.

⁵⁵ NETTO, Rangel Cerceau. Famílias Mestiças e as representações identitárias: entre as maneiras de viver e as formas de pensar em Minas Gerais, no século XVIII. *Escravidão e mestiçagens: ambientes, paisagens e espaços*. PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Marcia e IVO, Isnara Pereira (orgs.). São Paulo: Annablume, 2011, p. 165.

⁵⁶ CASTELLUCI, Aldrin A. S. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Ásia*. 2010, n. 41, pp. 85-131, Salvador: CEAO/UFB.

⁵⁷ DOMINGOS, Petrônio. Lino Guedes: de filho de ex-escravo a “elite de cor”. *Afro-Ásia*. 2010, n. 41, pp. 133-166, Salvador: CEAO/UFB, 2010.

⁵⁸ Pelo inventário dos bens da esposa o Eduardo Mulatinho já constava no rol dos bens que esta tinha deixado, com 3 anos, avaliado em 30 mil reis. Também assinalamos que Vitória, ao contrário da maioria das escravas só teve filhos do mesmo homem, talvez este facto tenha gerado uma relação mais afetiva entre o casal. Queremos deixar uma nota para a terminologia usada para com os dois tipos de escravos referidos:

1. Serviço de casa: uso de mulatinha (mesmo Vitória e o filho) e os restantes crioulos, mulatinhos e cabrinha. Em nenhum dos casos aparecem as qualidades dos indivíduos e nem a condição. A constituição Imperial de 1824 revogou o dispositivo colonial de “mancha de sangue”, e, talvez, tenha influenciado as mudanças que qualificam os indivíduos e ou as relações que a ex-escrava mantinha com o pai dos filhos delineando as condições sociojurídicas, as distinções e qualidades dos filhos. Ver: NETTO, Rangel Cerceau. Famílias Mestiças e as representações identitárias: entre as maneiras de viver e as formas de pensar em Minas Gerais, no século XVIII. *Escravidão e mestiçagens: ambientes, paisagens e espaços*. PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Marcia e IVO, Isnara Pereira. (orgs.). São Paulo: Annablume, 2011. p. 169 e p. 176.

2. Escravos de serviço deixados (total de 24): Beta de nação conga, moça mulher; Joana nação Nagou, moça mulher; Domingas crioula, filha da anterior e Maria mulher do escravo Feliciano; Delfina, Nação Mina, Ana Nação Nagou, Branca crioula, Maria Nação Angola; Theodora Nação Nagou.

escrava Vitória e os ilegítimos. Declarou que, cumpridos os legados, o que restaria da sua terça seria dividido entre Eduardo Joaquim e sua mãe Vitória. Deixava, também, todos os móveis e roupas da casa a Vitória, excepto as pratas da casa, que poderiam ser necessárias para outros fins. Libertou ainda o escravo Francisco Mulato e sua irmã Cândida, dando-lhe 25 mil réis de esmola. Nomeava seu filho legítimo testamenteiro e tutor dos filhos menores, com a obrigação de os amparar e defender de qualquer pleito que surgisse contra a sua filiação ou herança e de lhes facultar os alimentos enquanto fossem menores.⁵⁹ Depois da sua morte, ocorreu grande contenda na divisão dos bens que se arrastaria por um período longo, pois José Joaquim Kopke tentou afastar Vitória e seus irmãos da herança.⁶⁰ No entanto, Vitória reagiu e conseguiu fazer valer os seus direitos, isto é, que a vontade do capitão fosse cumprida. Em 1825 encontramos Vitória como tutora e administradora das pessoas e bens de seus filhos⁶¹ e, no mesmo ano, o Juiz determina que os bens fossem partidos.⁶² Possivelmente, por obstinação do filho legítimo, os bens continuavam por dividir. Em 1826 Vitória fez um pedido ao Juiz e Pai dos Órfãos para que procedesse a uma inquirição sobre o comportamento do “enteado”, o qual, devido ao consumo excessivo de álcool, delapidava a herança.⁶³ Sem solução imediata, o contratempo arrastou-se e José Joaquim só aceitava dividir os bens se Vitória pagasse as dívidas do falecido pai que eram superiores à terça. O caso seria resolvido com a venda do engenho, depois da sua morte. Vitória recebeu a sua parte na herança, mas pagou a dívida gradualmente e o processo só terminou em 1851.⁶⁴ Portanto, parece-nos que a ex-escrava ganhou “prestígio” na sociedade baiana: ficou como tutora dos filhos, saldou as dívidas do “marido” e casou um dos seus filhos, em 1862, com Constança do Amor Divino Sá Barreto, mulher branca e de elite, filha do tenente-coronel, Sá Barreto.⁶⁵ Em boa verdade diga-se que Salvador da Bahia foi a maior cidade do Brasil até ao século XIX e que algumas das suas freguesias eram habitadas maioritariamente por negros, mestiços escravos, libertos e nascidos livres.⁶⁶ Logo, as “relações menos convencionais” eram encaradas com cada vez maior espontaneidade. A mestiçagem e as mutações que a sociedade vinha enfrentando levaram a que, na segunda metade do século XIX, apesar de

Em alguma documentação aparecem outros nomes: Cassiano José Kopke, Maria da Apresentação e Eduardo Joaquim Copke, portanto teria 3 filhos.

⁵⁹ APEB, Estante 9/cx 3788; doc. 11, fls 5 e seguintes.

⁶⁰ APEB, Estante 9/cx 3788; doc. 11, fls 27.

⁶¹ APEB, Estante 9/cx 3788; doc. 11, fls 4v. 5 – Vitória assina em 1821 o termo de tutela dos filhos, na presença do escrivão dos órfãos, Feliciano Teixeira da Matta; fl. 7-12: confirmam o testemunho de Vitória.

⁶² APEB, Arquivos Judiciários / 04/1673/2143/03 – 1825., fl 1 e seguintes

⁶³ APEB, Série Justificação, secção Judiciária 78/2773/07, 1826, fol. 1

⁶⁴ APEB, Tribunal de Justiça, Inventário Arquivos Judiciários 04/1356/1825/33, 1834

⁶⁵ O filho em questão é Eduardo Joaquim, chamado de Eduardo Mulatinho – APEB, Série: Inventário, 5/1695/2165/24, fls, nº 15. A título de exemplo, para uma visão parcial, aconselhamos a leitura do artigo de Jonis Freire, “Família, parentesco espiritual e estabilidade familiar entre cativos pertencentes a grandes posses de Minas Gerais – séc- XIX”, Afro-Ásia, Salvador, CEAQ, nº 46, 2012pp. 9-60.

⁶⁶ PAIVA, Eduardo França. Territórios Mestiços e Urbe Escravista Colonial Ibero-Americana. PAIVA, Eduardo França, AMANTINO, Marcia e IVO, Isnara Pereira (orgs.). *Escravidão e mestiçagens: ambientes, paisagens e espaços*. São Paulo: Annablume, 2011, pp. 20-21. Schwartz mostra que em princípios do séc. XIX, os cativos na Bahia eram cerca de um terço dos mil habitantes da capitania, atingindo até 70% nas regiões de engenho. SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 280.

alguns preconceitos, se assista à ascensão social do mestiço⁶⁷.

O outro caso reporta-se a João da Cruz Kopke Júnior, natural do Porto, filho de João de Abreu Kopke que embarcou para o Brasil em 1834⁶⁸. Através do seu testamento de 1866, ficamos a saber que era homem solteiro e que teve uma filha, Joana do Nascimento Kopke, de Constância do Nascimento, livre e de nação jeje. Joana residia em Salvador e foi reconhecida publicamente como filha legítima e universal herdeira de todos os bens, com reserva da sua terça⁶⁹.

João de Abreu Kopke era proprietário do patacho *Constança* que fazia viagens entre Salvador e África. Diz possuir, igualmente, na costa de África, colónia portuguesa (provavelmente, refere-se a Cabo Verde) várias casas e um barracão de madeira na praia, algumas dívidas e escravos. Todos os bens e tratos estavam entregues à mãe de sua filha, debaixo da inspecção de Francisco Silva, Manuel Joaquim de Almeida e Guilherme Martins do Nascimento. Pelo teor do testamento percebemos que ele desejava assumir a “negra jeje” (Constança) como mulher e, sobretudo, que esta se responsabilizasse pela educação da filha, gosto jamais alcançado. No testamento diz deixar metade da sua terça a Constança, negra jeje, caso esta viesse viver para Salvador. Parte dos bens que sobrevivessem à sua morte seriam destinados para a educação da filha. Joana é também referida como “Nobreza Preta”, frequentou o colégio da Piedade como pensionista em 1860 (ensino e pensão) e o Colégio de Santa Clara (ensino de aulas de desenho e piano). A sua passagem pelo convento insere-se numa época em que as instituições religiosas se encontravam em ruína financeira. Em 1854 deu-se início à reforma das ordens religiosas e às demais instituições da Igreja no país. Na maioria dos conventos reinavam a indisciplina, a falta de administração, o desbarato dos bens e a intriga⁷⁰. Em meados do século XIX a maioria das ordens religiosas femininas estava a ser espoliada pela venda do seu património e o poder central fez-se sentir com maior rigor e determinação⁷¹. Em 1868, Joana, com 18 anos de idade, foi pedida em casamento por José Pinto de Domingues. O *status* social que adquiriu permitiu a Joana que no seu nome não constasse a cor da pele - embora tivesse sido chamada de *Nobreza Preta*⁷².

Em 1891, depois da abolição da escravatura, D. Joana Baptista Kopke viúva e sem filhos deixou os seus bens à irmã Maria Theodora dos Reis Kopke, os quais, depois da sua morte, foram entregues à sua escrava Camila Bernarda Kopke, que foi alforriada. Portanto, trata-se de uma condição, quiçá, incomum, dado a escravatura já ter sido abolida e a escrava só anos depois ter sido alforriada. Decerto, muitas destas situações também se ficaram a dever aos laços de amizade consequentes de longos anos de convivência e de graus de parentesco, como era o

⁶⁷ *História do Amor no Brasil*. PRIORE, Mary Del (org.). São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 218.

⁶⁸ APB, Inventário Instante 6, Caixa 2566, m. 3066, doc. 1, fl.1

⁶⁹ Tutor era João Caetano de Araújo Gama

⁷⁰ NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Patriarcado e Religião. As enclausuradas Clarissas do Convento do Desterro da Bahia: 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994, p. 367.

⁷¹ NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. 1994, p. 379.

⁷² Scott e Hébrard, Jean M. referem o mesmo para uma filha de Vincent e de uma mulher de cor, Elisabeth: SCOTT, Rebecca e HÉBRARD, Jean M. *Rosalie Nação Oulard: Liberdade, Direito e Dignidade na era da Revolução Haitina. Afro-Ásia*, Salvador: CEAQ, 2012, n. 46, p.71-18.

apadrinhamento de batismo do escravo por pessoas de condição social elevada, sem ter de passar por ligações amorosas⁷³.

4. Considerações finais

Os episódios que enumeramos são fragmentários e a reconstituição das trajetórias de vida só é exequível na encruzilhada de outras narrativas e quando lidas nos respetivos contextos sociais, políticos, económicos e culturais. Todos nasceram numa sociedade escravocrata, onde as vidas assentavam na exclusão e hierarquização sociais. Mas, a Bahia do século XIX não é mais a Bahia dos séculos precedentes. Trata-se de uma região que há muito fora destronada enquanto centro de produção de riqueza no Brasil independente. Embora o açúcar continuasse a ser um dos principais produtos cultivados, outras regiões tinham já assumido a liderança económica. A privação de mulheres brancas e as uniões entre diferentes grupos criou um processo de mescla que podia passar pela vida em comum e procriação entre pessoas de culturas distintas.⁷⁴ Não estamos em presença de um processo linear, mas de um sistema cheio de *nuances*, quase sempre traçado com base em conveniências recíprocas: “As dinâmicas de miscigenação conectaram boa parte do mundo na urbe americana, fundindo pessoas, objetos e culturas provenientes de todo o planeta⁷⁵”.

De facto, a Bahia é um dos espaços de grandes marcas de mistura biológica e cultural. Os exemplos, aqui, trazidos mostram-nos como o escravo se tornou em agente construtor do complexo conjunto cultural, inscrito em intrincadas relações sociais, onde gentes conviviam em embaraçosas práticas de complementaridade, mesmo que adversas. Mulheres e homens que aqui trazemos, separadamente da “cor” e da “qualidade”, todos eles tem de ser avocados como “sujeitos históricos” e é mais uma achega para abandonar a ideia de que a História se situa entre dois modelos: “vencedores” e “vencidos”. Hoje, podemos entrar no passado através de relatos de vidas singulares, considerando que não há práticas ou estrutura que não seja gerada pelas representações, contraditórias e defrontadas, por meios das quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao seu mundo⁷⁶.

5. Fontes

APEB, Estante 9/cx 3788; doc. 11.

APEB, Arquivos Judiciários / 04/1673/2143/03 – 1825.APEB, Série Justificação, secção Judiciária 78/2773/07, 1826.

⁷³ FREIRE, Jonis. Família, parentesco espiritual e estabilidade familiar entre cativos pertencentes a grandes posses de Minas Gerais – séc- XIX. *Afro-Ásia*. Salvador/UFA: CEAO, 2012, n. 46, p. 84-85.

⁷⁴ PAIVA, Eduardo França. Corpos pretos e mestiços no mundo moderno – deslocamento de gente, trânsito de imagens. *História do Corpo no Brasil*. PRIORE, Mary del e AMANTINO, Marcia (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 79. Paiva destaca a questão americana, mas em nosso entender o processo é global, o que não implica singularidades.

⁷⁵ PAIVA, Eduardo França. Territórios Mestiços e Urbe Escravista Colonial Ibero-Americana. *Escravidão, Mestiçagens, Ambientes, Paisagens e Espaços*. PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Marcia; IVO, Isnara Pereira (orgs.). São Paulo: Annablume, 2011, p. 11.

⁷⁶ CHARTIER, Roger. Le monde comme representations. *Annales*, E.S.C., n. 6, 1989, 9, p. 158.

APEB, Tribunal de Justiça, Inventário Arquivos Judiciários 04/1356/1825/33, 1834

APEB, Série: Inventário, 5/1695/2165/24, fls, nº 15.

APB, Inventário Instante 6, Caixa 2566, m. 3066, doc. 1

APB, Inventário Instante 6, Caixa 2566, m. 3066, doc. 1

6. Referências Bibliográficas

ALGANTRI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.

ALMEIDA, Suely. *O Sexo Devoto. Normatização e resistência feminina no Império Português XVI – XVIII*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2005.

ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima. O caso de Luzia jeje. Escravidão, família e mobilidade social – Bahia, c. 1780 – c. 1830*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

ANASTASIA, Carla Maria Junho e BOTELHO. Ângela Vianna. *D. Maria da Cruz e a Sedição de 1736*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

AZZI, Riolando. *Elementos para a história do catolicismo popular*. REB. Petrópolis: Vozes, s.d.

BENNASSAR, Bartolomé e MARIN, Richard. *História do Brasil*. Lisboa: Editora Teorema, 2000.

BOXER, C.R. *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

CASTELLUCI, Aldrin A. S. Classe e cor na formação do Centro Operário da Bahia (1890-1930). *Afro-Ásia*. Salvador: CEAO/UFB, 2010, n. 41, p. 85-131.

CHARTIER, Roger. Le monde comme representations”. *Annales*, E.S.C., n. 6, 1989, pp. 1505-20.

COSTA, Elisa Maria Lopes da. Contributos ciganos para o povoamento do Brasil (séculos XVI-XIX). *Arquipélago. História*. Universidade dos Açores. 2ª série, 2005-2006, vols. IX/X, pp. 153-181.

DOMINGOS, Petrônio. Lino Guedes: de filho de ex-escravo a “elite de cor”. *Afro-Ásia*. Salvador: CEAO/UFB, 2010, n. 41, p. 133-166.

- FREIRE, Jonis. Família, parentesco espiritual e estabilidade familiar entre cativos pertencentes a grandes posses de Minas Gerais – séc- XIX. *Afro-Ásia*, Salvador/UFA: CEAO, 2012, n. 46, pp.9-59.
- FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador de diamantes. O outro lado do Mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- GANDELMEN, Luciana Mendes. *Órfãs e Caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia, Salvador, Rio de Janeiro e Porto, sec. XVIII*. São Paulo: UNICAMP/Programa de Pós-Graduação em História, 2005.
- GOLDSHIMDT, Eliana Maria Rea. *Convivendo com o pecado na sociedade colonial paulista (1719-1822)*. São Paulo: Annablume, 1998.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial, vol I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GUSMÁN, Florência. *Los claroscuros del mestizaje. Negros, indios y castas en la Catamarca Colonial*. Cordoba: Encontro Grupo Editor; Universidade Nacional de Catamarca, 2010.
- IVO, Isnara Pereira. *Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2012.
- LIBBY, Douglas Cole. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. PAIVA, Eduardo França; IVO, Isnara Pereira e MARTINS, Ilton Cesar (orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010, pp. 41-62.
- MANSO, Maria de Deus Beites. Santa Casa de la Misericordia da Bahia atraves de la depositada Teresa de Jesus. Religiosidad y reclusion feminina en Esapña, Portugal y América. Siglos XV-XIX. LÓPEZ, Rosalva Loreto e MARINAS, M^a Isabel Viforcós Marinas (orgs.). *Histórias compartilhadas*. Universidade de León; México: Instituto de Ciências Sociales y Humanidades Alfonso Vélez Pliego; Benemérita Universidade Autónoma de Puebla, 2007, pp. 339-367.
- MATTOSO, Katia de Queirós. *Bahia, século XIX. Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- . *Família e Sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio/ Brasília: CNPq, 1988.

- NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Patriarcado e Religião. *As enclausuradas Clarissas do Convento do Desterro da Bahia: 1677-1890*. Bahia: Conselho Estadual de Cultura, 1994.
- NETTO, Rangel Cerceau. Famílias Mestiças e as representações identitárias: entre as maneiras de viver e as formas de pensar em Minas Gerais, no século XVIII. *Escravidão e mestiçagens: ambientes, paisagens e espaços*. PAIVA, Eduardo França; AMANTINO; Marcia e IVO, Isnara Pereira (orgs.). São Paulo: Annablume, 2011, pp. 1-177.
- PAIVA, Eduardo França. *Escravos e Libertos nas Minas Gerais do século XVIII - Estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.
- . *Escravidão e universo cultural na Colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- . Corpos pretos e mestiços no mundo moderno – deslocamento de gente, trânsito de imagens. DEL PRIORE, Mary e AMANTINO, Márcia (orgs.). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, v. 1, 2011, pp. 69-106.
- . Territórios Mestiços e Urbe Escravista Colonial Ibero-Americana. *Escravidão, Mestiçagens, Ambientes, Paisagens e Espaços*. PAIVA, Eduardo França; AMANTINO, Marcia Amantino e IVO, Isnara Pereira (orgs.). São Paulo: Annablume, 2011, pp. 11-31.
- . Mulheres de Diversas “Qualidades” e seus Testamentos na Colonial, Escravista e Mestiça Capitania das Minas Gerais. *Mulheres negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação*. FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio e XAVIER, Giovana (orgs.). São Paulo: Selo Negro Edições, 2012, p. 12.
- . *Dar o Nome ao Novo. Uma História Lexical da Ibero-América entre os Séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o Mundo do Trabalho)*. Belo Horizonte: Autêntica Editores, 2015.
- PRIORE, Mary del (coord.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto Editora, 2004.
- PRIORE, Mary del (coord.). *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.
- PRIORE, Mary del e AMANTINO, Marcia (coord.). *História do Corpo no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SANTOS, Israel Silva dos. *A Igreja Católica na Bahia. A Reestruturação do Arcebispado Primaz (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado apresentada à FFCH, Salvador, 2006.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCOTT, Rebecca e HÉBRARD, Jean M. Rosalie Nação Oulard: Liberdade, Direito e Dignidade na era da Revolução Haitina. *Afro-Ásia*. Salvador: CEAO/UFB, 2012, n. 46, p.71- 183.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Vida Privada e Quotidiano no Brasil. Na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Editora Estampa, 1993.

---. *Donas e Plebeias na Sociedade Colonial*. Lisboa: Editorial Estampa, 2002.

SERGE, Gruzinski. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOUZA, Alexandra Rodrigues de. *A “Dona” do Sertão: mulher, rebelião e discurso político em Minas Gerais no século XVII*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2011.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Famílias Abandonadas. Assistência À Criança de Camadas Populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII-XIX*. São Paulo: Papyrus Editora, s/d.

7. Websites

COUTO, Edilece e SEIXAS, Mariana. *Percepções Protestantes da Festa do Senhor do Bonfim, Em Salvador-BA, no Século XIX*, p. 1. (Percepções protestantes da festa do senhor ... - ABHR www.abhr.org.br/plura/ojs/index.../471) -File Format: PDF/Adobe Acrobat - E Souza – 2012, consultado 22/3/2013.